

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : GM

CLASS. : 2216

DATA : 26 07 91

PG. : 16

YANOMAMI

Polícia Federal pretende impedir retorno dos garimpeiros às reservas

por Liliانا Lavoratti
de Brasília

O governo vai usar de todas as formas previstas em lei para inibir a tentativa de retorno de milhares de garimpeiros à reserva dos índios Yanomami, em Roraima. A afirmação é do diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, que aposta na eficácia das medidas efetuadas pela Operação Selva Livre, em andamento.

Romeu Tuma informou ontem que os delegados da PF na área foram orientados a investigar a denúncia de "exploração de trabalho escravo" dos garimpeiros por parte de suas lideranças. A princípio, a PF acredita que os garimpeiros são "controlados pelas lideranças". Tuma disse estar preocupado com as dificuldades de parcela dos garimpeiros, que não têm condições de sair da reserva indígena por meios próprios. "Alguns inclusive não têm o que comer", completou Tuma. Segundo ele, o governo estuda a possibilidade de retirar esses garimpeiros", que não têm para onde ir.

PREJUÍZOS

A apreensão de balsas,

dragas e outros equipamentos utilizados para a extração do ouro "vai tornar a atividade garimpeira desvantajosa do ponto de vista econômico", na avaliação de Tuma. Ele disse que os garimpeiros estão sofrendo "enormes prejuízos" e isso o leva a crer que a Operação Selva Livre dará resultados mais positivos que a ação deflagrada no ano passado, quando foram dinamitadas as pistas clandestinas de pouso, usadas pelos garimpeiros.

Além disso, lembrou Tuma, serão criados dezenove postos de fiscalização permanente, que ficarão sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (Funai). "Vamos entregar à Funai todas as pistas limpas", acrescentou o diretor-geral da PF. Todo o material apreendido ficará à disposição da Justiça.

Outra providência defendida por Tuma é a designação de um juiz federal em Boa Vista, capital do Estado de Roraima, para cuidar de todos os assuntos relativos ao garimpo clandestino.

O pedido consta do relatório enviado pela PF ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho.